



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS**



**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2024  
EDITAL**

**COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II e XV da Lei 14.133/2021**

O Município de Paim Filho/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.568/0001-66, através do Prefeito Municipal Sr. Genes Jacinto Moterle Ribeiro, por intermédio da Agente de Contratação, torna público que, realizará dispensa física pública, com critério de julgamento **MENOR PERCENTUAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II e XV da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 09/07/2024 às 17h via e-mail ([licita@paimfilho.rs.gov.br](mailto:licita@paimfilho.rs.gov.br)) ou mediante protocolo no setor de licitações.**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:**

[licita@paimfilho.rs.gov.br](mailto:licita@paimfilho.rs.gov.br)

**LINK DO EDITAL:** <https://www.paimfilho.rs.gov.br/pg.php?area=LICITACOES>

**1. DO OBJETO:**

1.1. O objeto desta dispensa de licitação é a prestação de serviços, por empresa especializada, como Agente de Integração de Estágios, a qual será a responsável pelo recrutamento e acompanhamento de estagiários junto ao Serviço Público Municipal, nos termos da legislação atual vigente, especificamente a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e suas alterações e regulamentações e Lei Municipal nº 2.011/2013, de 31 de julho de 2013 e suas alterações.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA E VALOR DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal do Município de Paim Filho/RS, para exercício de 2024.

03.01 – Secretaria de Administração

20.09 – Manutenção dos serviços da Secretaria Administração

33.90.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

**3. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:**

3.1. A presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ficará ABERTA até **DIA 09/07/2024 às 17h**, a



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: [licita@paimfilho.rs.gov.br](mailto:licita@paimfilho.rs.gov.br) ou mediante protocolo no setor de licitação, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.

**3.1.1.** Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **DIA 09/07/2024 às 16h59min;**

**3.1.2.** A empresa interessada, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, para o Agente de Contratação, a **proposta** com a **descrição do objeto ofertado**, a marca do produto, quando for o caso, e o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declarações solicitadas junto ao item: **4. habilitação**.

**3.1.2.1.** A Proposta de preço deverá ser apresentada preferencialmente digitadas, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, E-mail, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, e assinada.

a) O preço deverá vir em percentual.

b) O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega das propostas e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

c) As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação;

d) Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

**3.2.** Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados junto com a proposta.

### **4. HABILITAÇÃO:**

**4.1.** A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas em conjunto pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

g) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede do licitante;

h) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante;

i) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), fornecida pela Caixa Econômica Federal;

j) Prova de regularidade trabalhista mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) emitida pela Justiça do Trabalho.

k) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS**



proposta comercial;

**l)** Cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial, se for o caso;

**m)** Comprovante Inscrição e Situação Cadastral da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**n)** Declaração de:

**I.** Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**II.** O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

**III.** O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

**IV.** O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

**V.** O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

**4.2.** As declarações exigidas no item 4.1 (letra “n”) poderão ser de forma unificada.

**4.3.** Os documentos exigidos no item “4” deste edital deverão possuir prazo de vigência que compreenda a data de abertura do certame, sob pena de consequente inabilitação.

**5. DO PAGAMENTO:**

**5.1.** O pagamento ocorrerá dentro de 10 (dez) dias, após a efetiva execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.** Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

**6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**6.1.** Poderá o Legislativo revogar o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

**6.2.** A Secretaria Municipal de Administração deverá anular o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

**6.3.** A anulação do procedimento de Edital da Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.4.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

Paim Filho/RS, 05 de julho de 2024.

**GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO  
PREFEITO MUNICIPAL**



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

- 1.1. O objeto desta dispensa de licitação é a prestação de serviços, por empresa especializada, como Agente de Integração de Estágios, a qual será a responsável pelo recrutamento e acompanhamento de estagiários junto ao Serviço Público Municipal, nos termos da legislação atual vigente, especificamente a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e suas alterações e regulamentações e Lei Municipal nº 2.011/2013, de 31 de julho de 2013 e suas alterações.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Os serviços a serem contratados têm caráter de natureza continuada, cuja interrupção comprometerá as atividades de aprendizagem dos estagiários, uma vez que o período de compromisso de estágio de um aluno pode se estender a até 04 (quatro) semestres no mesmo órgão. Por isso, a contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente.

#### 2. ESPECIFICAÇÃO

##### 2.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Preparar Termo de Compromisso de Estágio, a ser assinado pelo Agente de Integração, pela Instituição de Ensino, pelo CONTRATANTE e pelo estagiário, observando as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;
- b) Preparar Acordo de Cooperação entre a Instituição de Ensino e CONTRATADA, nos termos da legislação atual;
- c) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio, entre a CONTRATADA e o estudante, com interveniência e assinatura da instituição de Ensino;
- d) Efetuar a contratação de Seguro de Acidentes Pessoais para cada estagiário selecionado, com vigência igual à deste ato;
- e) As apólices de seguro contra acidentes pessoais a que se refere a alínea anterior deverão observar, no mínimo, os seguintes valores:
  - Seguro contra morte acidental: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
  - Seguro contra invalidez permanente: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- f) Promover a avaliação decorrente do Estágio Supervisionado, junto aos estudantes participantes do contrato e respectivos supervisores, no prazo fixado para a execução deste contrato;
- g) Promover a avaliação qualitativa junto aos estudantes participantes e seus respectivos gestores imediatos;
- h) Acompanhar a situação escolar do estudante, no tocante a matrícula e frequência, a fim de evitar seleção de candidatos que não estejam efetivamente matriculados e frequentando regularmente o curso;
- i) Selecionar estudantes, regularmente matriculados e frequentando curso de nível superior, vinculado a estrutura de ensino público e particular;
- j) A CONTRATADA deverá realizar atividades que visem a progressividade do estágio, devendo comprovar que atende a exigência prevista na Lei de Estágio 11.788/08.

#### 3. LOCAL DO ESTÁGIO



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



- 3.1. Os estagiários serão contratados para realizarem suas atividades conforme demanda, das Secretarias do Município de Paim Filho/RS.

#### 4. GARANTIA

- 4.1. Em virtude do valor e do baixo risco da contratação, não haverá exigência da garantia, conforme artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

#### 5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A solicitação da presente contratação encontra-se na dispensa de licitação 029/2024.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Poderá ser contratada Pessoa Jurídica que apresente todos os requisitos listados a seguir:

- 6.1.1. Cédula de identidade;
- 6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas em conjunto pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- 6.1.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede do licitante;
- 6.1.8. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante;
- 6.1.9. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 6.1.10. Prova de regularidade trabalhista mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) emitida pela Justiça do Trabalho.
- 6.1.11. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta comercial;
- 6.1.12. Cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial, se for o caso;
- 6.1.13. Comprovante Inscrição e Situação Cadastral da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 6.1.14. Declaração de:
  - a) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - b) O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
  - c) O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
  - d) O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

- e) O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

### 7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 7.1. A contratante fará o repasse mensal ao Agente de Integração, dos valores correspondentes à taxa de administração, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

**Observação: a taxa de administração será calculada sobre o valor da bolsa proporcional aos dias trabalhados, inclusive nos períodos de recesso dos estagiários. A taxa não será sobre o valor do vale-transporte.**

- 7.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, boleto ou chave PIX em nome da empresa contratada.
- 7.3. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

### 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais de Contratos, servidores nomeados pela Secretaria Municipal de Administração de Paim Filho/RS,

### 9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. O objeto da presente contratação enquadra-se no inciso II e XV, do artigo 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo, portanto, indicada a contratação na modalidade de dispensa, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Para compor a estimativa do preço da contratação, foi realizada pesquisa no LICITACON, em certames realizados no ano de 2023, em cidades do Rio Grande do Sul com o mesmo objeto deste Termo de Referência.
- 10.2. Desta forma, tem-se como estimativa de preço o valor médio de 6,36%.

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão por conta de dotação orçamentária própria na classificação abaixo:
- 03.01 – Secretaria de Administração
- 20.09 – Manutenção dos serviços da Secretaria Administração
- 33.90.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS**



**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E VALOR DE REFERÊNCIA  
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II e XV da Lei 14.133/2021**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestar serviços como Agente de Integração, com vistas ao preenchimento de vagas de estágio supervisionado com remuneração na Prefeitura do Município de Paim Filho/RS, para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino público e privado, com frequência nos cursos de ensino médio e superior.

LOTE	DESCRIÇÃO	Unid. medida	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestar serviços como Agente de Integração, com vistas ao preenchimento de vagas de estágio supervisionado com remuneração na Prefeitura do Município de Paim Filho/RS, para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino público e privado, com frequência nos cursos de ensino médio e superior.	Por estagiário	6,36% (valor referência)

Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS**



**ANEXO III**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2024**

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PAIM FILHO/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 87.613.568/0001-66, com sede à Avenida Rio Grande, nº 1090, centro, neste Município, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado através do Prefeito Municipal, **SR. GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO** e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_/\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada pelo, **SR. \_\_\_\_\_**, aqui denominada **CONTRATADA**, ajustam a PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2024, conforme especificações constantes no termo de referência, na forma como autoriza o inciso II e XV, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços, por empresa especializada, como Agente de Integração de Estágios, a qual será a responsável pelo recrutamento e acompanhamento de estagiários junto ao Serviço Público Municipal, nos termos da legislação atual vigente, especificamente a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e suas alterações e regulamentações e Lei Municipal nº 2.011/2013, de 31 de julho de 2013 e suas alterações.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1. Serão atribuições da **CONTRATADA**:

- a) Preparar Termo de Compromisso de Estágio, a ser assinado pelo Agente de Integração, pela Instituição de Ensino, pelo **CONTRATANTE** e pelo estagiário, observando as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;
- b) Preparar Acordo de Cooperação entre a Instituição de Ensino e a **CONTRATADA**, nos termos da legislação atual;
- c) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio, entre a **CONTRATADA** e o estudante, com interveniência e assinatura da instituição de Ensino;
- d) Efetuar a contratação de Seguro de Acidentes Pessoais para cada estagiário selecionado, com vigência igual à deste ato;
- e) As apólices de seguro contra acidentes pessoais a que se refere a alínea anterior deverão observar, no mínimo, os seguintes valores:
  - Seguro contra morte acidental: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
  - Seguro contra invalidez permanente: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- f) Promover a avaliação decorrente do Estágio Supervisionado, junto aos estudantes participantes do contrato e respectivos supervisores, no prazo fixado para a execução deste contrato;
- g) Promover a avaliação qualitativa junto aos estudantes participantes e seus respectivos gestores imediatos;
- h) Acompanhar a situação escolar do estudante, no tocante a matrícula e frequência, a





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



fim de evitar seleção de candidatos que não estejam efetivamente matriculados e frequentando regularmente o curso;

- i) Selecionar estudantes, regularmente matriculados e frequentando curso de nível superior, vinculado a estrutura de ensino público e particular;
- j) A **CONTRATADA** deverá realizar atividades que visem a progressividade do estágio, devendo comprovar que atende a exigência prevista na Lei de Estágio 11.788/08.
- k) Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, tributários, materiais, recursos técnicos e profissionais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descargas, transporte, responsabilidade civil bem como aos riscos atinentes à atividade do estagiário, inclusive despesas que venham a incidir no período da contratação;
- l) Assumir todas as despesas administrativas necessárias à execução do contrato;
- m) No ato da formalização do estágio, orientar o estudante acerca dos aspectos legais e técnicos do estágio, bem como a relação entre o estagiário e a parte concedente;
- n) Manter o controle do prazo de estágio, que não poderá ser superior a 02 (dois) anos, conforme Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008;
- o) Por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- p) Firmar convênio com todas as Instituições de Ensino de Nível Médio, Técnico ou Superior do Município de Rio Grande, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do termo contratual e quando necessário a efetivação do contrato.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

#### 3.1. Serão atribuições da **CONTRATANTE**:

- a) Informar à **CONTRATADA** que será realizado de novo Processo Seletivo Público;
- b) Organizar, supervisionar e coordenar os programas internos de estágio, bem como indicar responsável pelos estudantes;
- c) Estabelecer horários a serem cumpridos pelo estagiário, sempre de acordo com a Lei Federal 11.788/2008;
- d) Estabelecer o valor da bolsa-auxílio e a fornecer o vale-transporte, quando devido, mensalmente;
- e) Efetuar o repasse mensal do valor devido ao agente integrador, preferencialmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao exercício do estágio;
- f) Indicar um servidor do quadro pessoal, com formação ou experiência na área do curso do estagiário, para orientar, avaliar e supervisionar os estagiários.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTOS

- 4.1. O preço certo, justo e contratado entre as partes é correspondente ao percentual de \_\_\_\_\_ ( ), sobre os valores da bolsa estágio, a ser pago a cada trinta dias, até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação, mediante a apresentação da competente nota fiscal.
- 4.2. Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.
- 4.3. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, boleto ou chave PIX em nome da empresa contratada.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS



- 4.4. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 4.5. Este contrato, está sujeito à prorrogação conforme estipulado pela Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com os termos aqui acordados, poderá ter o valor contratual reajustado após cada período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.
- 4.6. O reajuste mencionado no item acima será calculado com base no percentual de reajuste aplicado à bolsa auxílio.
- 4.7. As despesas de que trata o presente contrato correrão a conta das seguintes rubricas:  
03.01 – Secretaria de Administração  
20.09 – Manutenção dos serviços da Secretaria Administração  
33.90.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

### 5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (dozes) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Os serviços a serem contratados têm caráter de natureza continuada, cuja interrupção comprometerá as atividades de aprendizagem dos estagiários, uma vez que o período de compromisso de estágio de um aluno pode se estender a até 04 (quatro) semestres no mesmo órgão. Por isso, a contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 6.1. Em caso de inexecução total ou parcial deste contrato, a Administração, assegura a prévia defesa, poderá aplicar ao contrato as penalidades previstas na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, incluindo sanções civis, compensatorias das perdas e danos sofridos pela Administração, e sanções administrativas, conforme detalhado a seguir:
  - a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e multa, conforme previsto nos artigos 167 a 173 da Lei Federal 14.133/21, dependendo da gravidade da inexecução contratual.
  - b) As multas aplicáveis serão estabelecidas em percentuais específicos sobre o valor do contrato ou da parte inadimplida, considerando a natureza e a gravidade da falta cometida, em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei.
  - c) O não cumprimento das obrigações contratuais devidamente comprovadas acarretará a aplicação de sanções proporcionais e graduadas, incluindo advertências, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade.
  - d) As multas deverão ser pagas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão administrativa que as aplicou. A critério da Administração, os valores devidos poderão ser descontados de pagamentos pendentes em favor da contratada. Na ausência de tais valores, a dívida será inscrita em dívida ativa.
  - e) Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado pela Administração ao contratado.
  - f) As penalidades impostas serão registradas no cadastro da contratada, conforme procedimentos estabelecidos pela Administração Pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIM FILHO/RS**



**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

- 7.1.** Este ato poderá ser rescindido de forma unilateral total ou parcialmente, por parte do CONTRATANTE, mediante notificação prévia, hipótese em que o CONTRATANTE não terá obrigação de pagar qualquer espécie de indenização, e desde que não tenha sido realizado o objeto contratado, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- a)** Requerimento de concordata, falência e/ou pedido de recuperação da CONTRATADA;
  - b)** Transferência, cedência, no todo ou em parte do contrato a terceiros, sem prévio e escrito consentimento das partes;
  - c)** Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade de ambas as partes, de acordo com o art. 393 do Código Civil;
  - d)** A entrega do objeto fora das especificações licitadas e/ou com qualidade inferior ao padrão médio exigido;
  - e)** Além das especificadas, serão causas ensejadoras da rescisão contratual as previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

**8. CLÁUSULA OITAVA – FORO**

- 8.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Sananduva, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por ser expressão da verdade, assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que surta efeitos legais.

Paim Filho-RS, \_\_\_\_\_ de 2024.

**MUNICÍPIO DE PAIM FILHO  
GENES JACINTO MOTERLE RIBEIRO**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: